Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Tecnológica	Administração/ Secretariado/Informática	Aplicações Informáticas para Gestão Integrada.	135	80	5	
	Gestão e administração	Empreendedorismo e Gestão de Projectos	135	80	5	
	Saúde/Ambiente	Ergonomia no trabalho	81	60	3	
	Secretariado / Administração	Técnicas de Secretariado e Práticas Administrativas.	81	60	3	
	Secretariado/BAD	Práticas de Documentação e Arquivo . . .	108	80	4	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	432	432	16	
<i>Total</i>			1620	1272	60	

7 - Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Língua Estrangeira; Contabilidade e Tecnologias de Informação e Comunicação.

8 - Número de formandos:

Número máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos	30
Na inscrição em simultâneo no curso	45

9 - Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Tecnológica	Línguas	Português	216	114	8	
	Línguas	Língua Estrangeira	216	114	8	
	Gestão	Contabilidade	216	114	8	
	Informática	Tecnologias da Informação e Comunicação	216	114	8	

(3) Indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

(4) Indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

(5) Indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 21461/2008

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

Ouvida a Comissão nos termos da alínea *e*) do artigo 31.º;

Ao abrigo do artigo 39.º daquele diploma:

Determino:

1 — É registado o curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gerontologia, proposto a 15 de Fevereiro de 2007 pela Direcção da Maiêutica — Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L., entidade instituidora do Instituto Superior da Maia, para ser ministrado nesse Instituto,

com início no ano lectivo 2007-2008, nos termos do Anexo, que faz parte integrante do presente Despacho.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 12 de Outubro de 2007.

3 — Notifique-se a instituição de formação, sem prejuízo da publicação no Diário da República.

2 de Julho de 2008. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

ANEXO

1 — Instituição de formação:

Maiêutica — Instituto Superior da Maia

2 — Denominação do curso de especialização tecnológica:

Técnicas de Gerontologia

3 — Área de formação em que se insere:

762 — Trabalho Social e Orientação

4 — Perfil profissional que visa preparar:

O técnico especialista de gerontologia é o profissional que, de forma autónoma ou sob orientação, actua e intervém em centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário criados como resposta para a realidade do envelhecimento demográfico da nossa população.

5 — Referencial de competências a adquirir:

Colaborar na gestão de centros de dia, lares ou residências de terceira idade, redes e sistemas de apoio domiciliário;

Saber organizar espaços, construir um sistema administrativo e fazer planeamento;
Gerir o tempo, recursos humanos e também os recursos materiais e financeiros;
Saber prestar acompanhamento e cuidados psicossociais a idosos;
Ter conhecimentos sobre o desenvolvimento do ser humano ao longo do ciclo vital, com ênfase na etapa da velhice;

Ter conhecimentos sobre aspectos que facilitam um envelhecimento bem sucedido;
Conceber e aplicar programas de estimulação cognitiva e desenvolvimento do Eu;
Saber dar apoio psicossocial.

6 — Plano de Formação

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e literatura materna	Comunicar em Língua Portuguesa	75	63	3	
	Economia	Cultura Económica e Social	50	45	2	
Tecnológica	Ciências sociais e do comportamento	Comportamento Humano nas Organizações . . .	50	45	2	
	Gestão e administração	Organização e Aplicação de Técnicas de Gestão de Recursos Humanos.	200	120	8	
	Desporto	Organização e Gestão de Actividades Físicas na Velhice.	125	86	5	
	Segurança e higiene no trabalho . . .	Higiene e Segurança em Instituições de Apoio a Idosos.	75	70	3	
	Enfermagem	Cuidados Continuados e Paliativos	125	86	5	
	Psicologia	Técnicas e Estratégias de Atendimento	75	70	3	
	Trabalho social e orientação	Animação Social e Estratégias de Intervenção para um Envelhecimento Bem Sucedido.	125	86	5	
	Sociologia e outros estudos	Desenvolvimento Humano e Velhice	175	120	7	
	Psicologia	Dor, Sofrimento e Situações Clínicas da Velhice	175	120	7	
	Direito	Direito aplicado à Segurança Social	150	109	6	
Em Contexto de Trabalho		Estágio	600	600	24	
<i>Total</i>			2000	1620	80	

7 - Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 88/2006:

Português; Inglês; Matemática; Informática e Organização Política de Portugal e da União Europeia

8 - Número de formandos:

Número máximo de formandos

Em cada admissão de novos formandos	75
Na inscrição em simultâneo no curso	100

9 - Plano de formação adicional:

Componentes de Formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (5)	Observações
			Total (3)	Contacto (4)		
Geral e Científica	Língua e literatura materna	Português	75	54	3	
	Línguas e literaturas estrangeiras	Inglês	75	54	3	
	Matemática	Matemática	75	54	3	
	Ciências informáticas	Informática	75	54	3	
	Ciência política e cidadania	Organização Política de Portugal e da União Europeia.	75	54	3	

(3) Indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

(4) Indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

(5) Indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro.

Despacho n.º 21462/2008

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio inscreve-se na política que tende a promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sócio-cultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção pro-

fissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica visam alargar a oferta de formação ao longo da vida e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, no sentido do prosseguimento de estudos superiores, através da creditação e da avaliação de competências.

Considerando que a entrada em funcionamento está sujeita a registo efectuado pelo Director-Geral do Ensino Superior, nos termos dos artigos 36.º e 38.º

Instruídos e analisados os pedidos nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;